

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS: QUE PEDAGOGO FORMAR?

Aloana de Oliveira Pereira

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense-Universidade do Estado do Rio de Janeiro

aloana_oliveira@hotmail.com

Resumo: Considerando a exigência legal que visa incluir nos currículos de formação da Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, este artigo objetiva-se entender como a temática é tratada na formação de Pedagogos da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, considerando que seu campo de atuação também acontece nesses espaços. Para tanto, foram analisadas as disciplinas e ementas que compõem o currículo do Curso de Pedagogia da instituição. Desse modo, observa-se que as questões étnico-raciais não possuem, ainda, garantia de que o assunto seja tratado ou discutido nos cursos de formação de professores. Tal fato permite concluir que os professores em formação não possuem clareza sobre os conceitos que influenciam sobre o tratamento da temática étnico-racial, o que reforça a necessidade – e urgência – em desconstruir ideologias raciais nos cursos de formação.

Palavras-chave: Formação de professores, Questões étnico-raciais, Pedagogia.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar o currículo do curso de Pedagogia da FEBF (Faculdade de Educação da Baixada Fluminense) com ênfase na temática étnico-racial na busca de compreender como o tema está sendo tratado no curso de formação de professores - especificamente o Curso de Pedagogia, tendo em vista que este curso foi a primeira licenciatura a ser instituída na FEBF. Em respaldo à lei 10.639/2003 que define no inciso primeiro que

O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003).

Os currículos do Curso de Pedagogia têm como objetivo formar Pedagogos que irão atuar na “Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem

como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos” (BRASIL, 2006, art. 2). Além disso, podem lecionar diferentes disciplinas e áreas de conhecimento. Levando em conta esse vasto campo em que o Pedagogo docente pode atuar, aumenta – ou fixa – a responsabilidade social e política quanto ao tratamento dessa temática em seu curso de formação.

Gomes (1996) relata que a ideologia racial “[...] está presente no desenvolvimento da carreira docente, desde o curso do magistério, passando pelos centros de formação, pelo curso de pedagogia, até a licenciatura” (p. 69). Retrata, ainda, a importância de trabalhar a temática dentro das instituições de ensino, pois

existem outras relações dentro da instituição escolar que interferem no processo de escolarização. Os valores que são transmitidos aos alunos/as dentro do ambiente escolar não são apenas aqueles pertinentes à questão de classe social. São também raciais e de gênero (GOMES, p. 69).

Mas, cabe nos indagar: Será que os professores estão preparados para desconstruir preconceito e ideologias raciais? Ao menos este assunto é tratado no currículo que formam estes profissionais? Com o intuito de responder a estas questões, buscarei subsídios em Gomes (1996) que aborda sobre as relações étnico-raciais no contexto escolar vivenciado por professoras negras a partir das relações de alteridade.

Gomes (1996) destaca que “a prática das professoras está distante de uma análise histórica, sociológica, política e antropológica sobre a diversidade étnico-cultural” (p. 73). Para tanto, foram observadas ementas do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, no intuito de observar qual é o espaço das discussões sobre relações étnico-raciais dentro do currículo.

A observação e leitura das ementas das disciplinas (obrigatórias e eletivas universais) possibilita perceber que as discussões sobre racismo, diferenças e multiculturalismo, ainda permanece como algo menos destacado.

Pretende-se fazer uma abordagem qualitativa, ainda que os dados quantitativos sejam utilizados para reforçar comentários e observações descritivas, além de ajudar na reflexão sobre a temática tratada dentro de um curso que forma professores.

2 O CURSO DE PEDAGOGIA

A história do curso de Licenciatura em Pedagogia da FEBF apresenta características e peculiaridades. Para Melo e Lima (2013), o curso de Pedagogia teve sua trajetória marcada desde os anos 60 no município de Duque de Caxias, com o Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS), criado pelo decreto estadual 8.272 de 12 de junho de 1962. Com respaldo à LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024 de 1961), o instituto já previa o funcionamento do curso de formação de professores para o ensino normal nos institutos de educação. Como se vê a diante

Parágrafo único. Nos institutos de educação poderão funcionar cursos de formação de professores para o ensino normal, dentro das normas estabelecidas para os cursos pedagógicos das faculdades de filosofia, ciências e letras (BRASIL, 1961).

Contudo, o Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal (CFPEN), é firmado em 1965 pelo Conselho Estadual de Educação (do antigo Estado do Rio de Janeiro), com início das aulas em 1966. De acordo com Marinho (2013), este foi o

Primeiro curso superior de caráter público em Duque de Caxias/RJ tem uma trajetória marcada por intensa mobilização da comunidade acadêmica em busca de reconhecimento, autonomia e estabilidade, com expressiva participação estudantil e apoio de entidades representativas de movimentos sociais (2013, p. 4).

O curso foi criado em 13 de março de 1970, quando o Conselho Federal de Educação, através do Parecer nº 210/70, reconheceu o Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal (CFPEN), mantido pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira, em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, como Curso de Pedagogia, destinado à formação de especialistas para as atividades de Orientação, Administração, Supervisão e Inspeção Escolar.

Até 1981, o curso funcionou com a participação de professores concursados do Estado (eram cedidos). Os diplomas expedidos estavam sob o reconhecimento da Universidade Federal Fluminense (UFF), dada que o curso de Pedagogia do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS) não tinha vinculação formal com nenhuma instituição universitária. Em 3 de novembro de 1981, conforme determinação da Lei nº 472/81 esse curso foi incorporado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Entretanto, apesar do ano letivo de 1982 marcar o início dessa vinculação formal, só em 20 de janeiro de 1987, através da Deliberação nº 164, a UERJ reconhece o Curso de Pedagogia e determina que sejam validados os diplomas emitidos. Em 11 de novembro de 1988, por determinação da Resolução nº 548, e o Curso de Pedagogia é elevado à condição de Unidade Acadêmica da UERJ, vinculada ao Centro de Educação e Humanidades, com

a denominação de Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/FEBF, com localização no Município de Duque de Caxias/RJ.

Melo e Lima (2013) destacam diferentes lutas que ocorreram na história da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, mas há um forte destaque para o curso de Pedagogia e sua transformação em Unidade Universitária. A importância da elevação à unidade universitária traria consigo a conquista pela autonomia acadêmica da universidade, antes submetida à Faculdade de Educação do Campus Maracanã.

No contexto das diferentes lutas, destaca-se a mobilização para a transformação do Curso de Pedagogia em Unidade Universitária. Entre 01 a 05 de outubro de 1984 acontece o I Congresso Interno da UERJ que em sessão plenária aprovou a resolução nº 43, propondo essa transformação. Em 1988, em sessão ordinária do Conselho Universitário realizada no auditório do IEGRS, fica legitimada a criação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (Melo e Lima, 2013, p. 23).

O curso de Pedagogia tem um grande papel na história da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Enquanto espaço da educação no meio universitário, sempre teve que disputar pela sua inclusão e espaço, na FEBF, ela foi seu esteio.

Entre 1997 e 2000, foi realizada uma reforma curricular do Curso de Pedagogia da FEBF que produziu poucas, porém profundas alterações curriculares, tendo por base as sínteses teóricas, as considerações legais e, especialmente, as aspirações da comunidade acadêmica da Unidade.

- a) o abandono da Habilitação de Magistério das Disciplinas Pedagógicas do 2º Grau;
- b) a organização do curso de Pedagogia com o caráter de multihabilitação, formando competências e habilidades para o exercício da reflexão e da prática nas funções de administrador, supervisor e orientação educacional;
- c) a adoção do sistema de créditos e regime semestral na organização do funcionamento do curso e a inserção de ampla lista de disciplinas eletivas;
- d) definição de cinco eixos aglutinadores dos conteúdos programáticos das disciplinas e das atividades de ensino: Educação, Linguagem e Conhecimento; Escola Espaço Político e Pedagógico; Cultura Local e Global; Perspectiva Histórica das Ideias e Práticas Pedagógicas e Gestão dos Sistemas de Ensino;
- e) elaboração e reelaboração do conhecimento expressos pela produção de uma Monografia no final do curso.

Dessa reforma, surgiram duas deliberações: a deliberação nº 11 de 2001 que previa a Pedagogia com “multihabilitação” em Orientação, Supervisão e Administração Escolar; e a

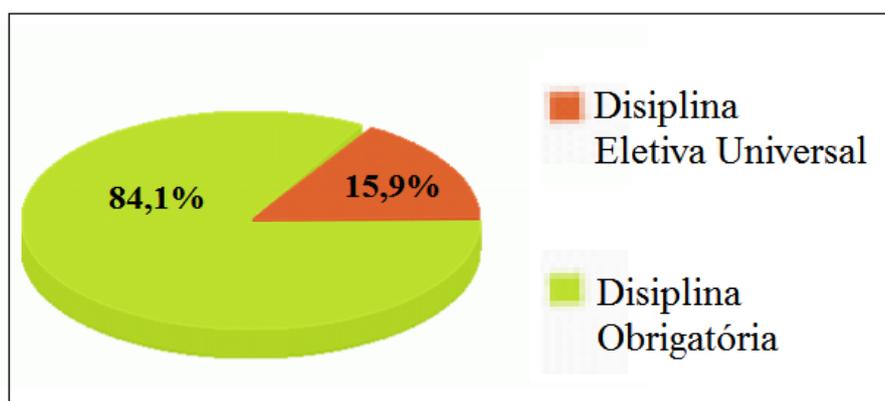
deliberação nº 12/2001 que previa a atuação do Pedagogo para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental e educação infantil. Os cursos foram reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação com o parecer 510/2001. Esta organização permaneceu até o ano de 2006, quando há um novo movimento para atender às novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia.

Em 2006, com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia, aprovadas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, tem início um novo processo de reformulação curricular, visando adaptação às mesmas.

2.1 As disciplinas oferecidas

O curso de Pedagogia da FEBF/UERJ (Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/Universidade do Estado do Rio de Janeiro) possui um total de 44 (quarenta e quatro) disciplinas, sendo 7 (sete) disciplinas eletivas em que os estudantes possuem livre escolha sobre a temática que pretendem aprofundar conhecimentos, e 37 (trinta e sete) disciplinas obrigatórias. Vejamos o gráfico a seguir:

DISCIPLINAS DO CURSO DE PEDAGOGIA FEBF//UERJ



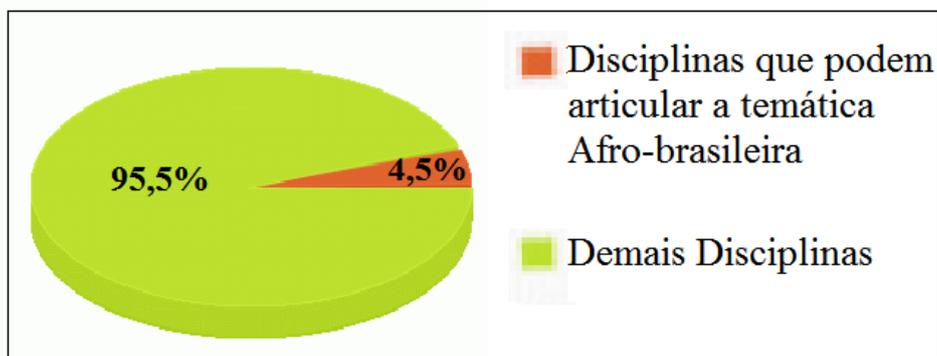
Fonte: <http://www.febf.uerj.br/licenped.html>

Para tanto, é notório que as disciplinas descritas na ementa, não discutem sobre diversidade cultural, multiculturalismo, diferença ou qualquer outro tema em que a temática étnico-racial possa ser articulada e/ou discutida.

É possível observar que no total de 44 disciplinas oferecidas no curso, sendo 37 obrigatórias e 7 eletivas universais, apenas 2 disciplinas possui como temática “Educação, Diferença e

Desigualdade” (eletiva universal) e “Tendências Atuais do Ensino de História” (obrigatória) em que a temática étnico-racial pode ser articulada. Contudo, nenhuma disciplina explícita em sua nomenclatura a temática sobre a cultura Afro-brasileira. Isso significa que não há garantia de que o tema seja discutido no curso de formação. Vejamos assim, a representação gráfica desta situação:

DISCIPLINAS QUE ARTICULAM A TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA



Fonte: <http://www.febf.uerj.br/licenped.html>

Ainda que reconheçamos que as ementas podem ser flexibilizadas pelos docentes, elas refletem um momento histórico e processual. A defesa de disciplinas que se encarreguem de refletir sobre o tema étnico-racial é a garantia de que este assunto seja discutido na formação de professores.

Gomes (1996) também revela que há uma “retroalimentação” que persiste em legitimar o racismo presente no ideário social, bem como – a exemplo - uma admiração por um aluno negro que tem um bom desempenho escolar. Outro problema que reforça tal imaginário social é o “branqueamento” através da defesa da mestiçagem, tida como solução para o “problema racial” brasileiro. A terceira ideologia difundida na escola é a democracia racial. “A teoria privilegia o discurso da igualdade e omite as diferenças, dando margem à consideração de que falar sobre as diferenças é discriminar” (p. 71).

Com o objetivo de desconstruir essas ideologias raciais, Gomes propõe que a educação seja pautada nas diferenças, pois

É preciso que as diferenças sejam reconhecidas e respeitadas dentro da instituição escolar. O reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade. Sendo assim, ao discutirmos as relações raciais e de gênero presentes na vida de professores/ professoras, alunos/alunas negros/as e brancos/as estamos rompendo com o

discurso homogeneizante que paira sobre a escola e reconhecendo o outro na sua diferença (1996, p. 78).

2.2 Currículo, o local de transgressão

Considerando o currículo como espaço de disputa de poder, em que o conhecimento é disputado constantemente. Refletir sobre um curso de formação de professores e os conhecimentos que ganham espaço nessa trama conflituosa, eis que podemos confluir que a cultura afro-brasileira não tem representatividade no currículo deste curso de formação.

Vale ressaltar que o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense passou por uma reestruturação curricular no ano de 2006, quando as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (licenciatura) foram instituídas. Posterior à lei 10.639/2003 referente à inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"; onde atuam os Pedagogos. Mas, para além de uma exigência legal, o destaque dado à temática aqui tratada refere-se à representatividade de um povo que foi – e continua sendo – excluído socialmente.

Currículo como espaço de produção cultural (Lopes, Macedo, 2011), deve abarcar as demandas de todos os envolvidos. A exclusão ou ocultação desta temática implica a negação do processo histórico em que vivemos, ou ainda, demonstra o quanto o currículo continua branco, elitista e excludente.

Precisamos ouvir Hooks (2013) quando diz que os pensadores da pedagogia radical passaram a

[...] incluir um verdadeiro reconhecimento das diferenças – determinadas pela classe, social, pela raça, pela prática social pela nacionalidade e por aí fora. Esse progresso, entretanto, não parece coincidir com uma presença significativa de vozes negras, ou de vozes não brancas, nas discussões sobre as práticas pedagógicas radicais (2013, p. 20).

Desse modo, o multiculturalismo auxilia o reconhecimento das diferenças por meio do currículo, entendendo como a fronteira atua nas relações entre os sujeitos que compõem o currículo, e dando lugar ao hibridismo cultural. Não trata-se, todavia, de enaltecer apenas a cultura afro-

brasileira, mas compreender como as diferenças são igualmente importantes e devem se sentirem representadas.

A transgressão curricular que se propõe neste artigo, reflete sobre as mudanças em prol de uma educação que abarque as demandas e diferenças. O currículo do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, está passando por uma nova reformulação curricular – em curso - para atender as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, na qual a temática sobre relações étnico-raciais está sendo articulada.

A luta contra o racismo “implica em uma nova postura profissional, numa nova visão das relações que perpassam o cotidiano escolar e a carreira docente, e ainda, no respeito e no reconhecimento da diversidade étnico-cultural.” (GOMES, 1996, p. 81). E continua dizendo que

As dificuldades na abordagem da questão racial em nossas escolas revelam o peso do imaginário e dos valores racistas em nossa sociedade. Revela ainda lacunas lamentáveis em nossa formação profissional: o despreparo profissional para lidar, como educadores, com sujeitos sócio-culturais diversos. O racismo presente em nossas práticas escolares revela-nos o quanto temos ainda de avançar como profissionais-educadores/as. É um problema político-profissional e como tal precisa ser encarado em nossa qualificação (1996, p. 81).

Como podemos observar, o racismo é algo impregnado nas ações cotidianas. E, para desconstruí-lo na prática pedagógica, faz necessário que abordar sobre os sentidos que são atribuídos a ele.

2.2 Racismo, entender para desconstruir

D’adesky aborda sobre a ambiguidade do conceito de raça. Enquanto há uma tentativa de universalização de seu conceito, ao mesmo tempo a própria história da humanidade mostra que a diversidade da população torna inconsistente a ideia de raça pura, segundo o conceito biológico.

O autor se baseia em Taguieff para desconstruir a ideia de geneticistas e intelectuais em relação à supressão do termo raça, como se isso fosse apagar o racismo explícito. Para Taguieff, isso reforçaria o racismo simbólico. “E, ao contrário do que se poderia imaginar, a observação

mostra que a variedade de classificações, em vez de diminuir ou atenuar os preconceitos raciais tende, paradoxalmente, a mantê-los, ou mesmo a aumentá-los. [...] (2009, p. 47)”

D’Adesky lembra que Nilma Bentes aborda sobre a importância do conceito para a luta do povo negro, tendo em vista que racismo é uma palavra derivada de raça, e que a utilização dos termos etnia e comunidade, não apaga ou exclui a importância de se discutir ‘raça’.

O autor desconstrói também a classificação dos povos e comunidades quanto ao seu fenótipo, dada a amplitude de contribuições genéticas que compõem a população. Em suma, D’Adesky se mostra contrário a qualquer forma de classificação em grupos ou categorias, pois estas são construções sociais e pessoais, passíveis de ser, portanto, questionadas. Assim,

A indeterminação das categorias raciais demonstra que o critério raça permanece indefinido, difícil de definir e sempre inconstante. A raça não somente representa a continuidade de um tipo físico ideal, mas remete simbolicamente, no nível do inconsciente, às forças obscuras do instinto, do sexo e do sangue. É também portadora de formas mobilizadoras de conteúdo cultural e sujeita aos acasos dos discursos ideológicos. Por essas razões, a raça se apresenta fechada, exclusiva e extremamente ambígua (D’ADESKY, 2009, p. 49).

A autora Seyferth, assim como D’Adesky, destaca a ambigüidade do termo raça. Enquanto conceito biológico, raça está ligada à cor de pele e ao sangue, contudo as características genótípicas e fenótípicas não caracteriza ao que chamamos de racismo. Este, por sua vez, subtende a hierarquização das raças humanas, assumindo a forma do “darwinismo social”, classificando os brancos como os mais aptos. Assim, o “racismo contribuiu para conferir à ciência o poder de ditar práticas políticas e sociais” (p. 54).

A miscigenação utilizada como desculpa para o branqueamento da raça. Vê na mestiçagem a causa da formação do povo brasileiro e a consequência de se chegar a uma democracia racial por este caminho, objetivando chegar à raça pura - branca. A democracia racial ilusória via no mestiço a possibilidade de findar com o povo negro e suas características, acreditando que o preconceito estaria diluído nesse mito democrático. O mestiço se torna, nesse momento, solução; ora outra se torna problema, pois é reflexo justamente da diversidade racial.

O racismo é reflexo de uma sociedade composta por grupos diferentes étnica e racionalmente. “A desigualdade evidencia-se na articulação entre raça e estrutura social” (SEYFERTH, 1986, p. 56). Ao fazer esta associação, Seyferth destaca que a cor da pele carrega a responsabilidade de definir lugares na sociedade e que, por isso, é utilizada no Brasil como

classificador das raças. Portanto, a Cor é o signo mais enfático de marca racial estigma social, e busca na miscigenação o branqueamento e a válvula de escape para o ser ‘não-negro’. O segundo signo utilizado como classificador é o sangue, que na busca pela sua “purificação”, também emprega na miscigenação o caminho mais viável para a ‘esperança’ de tornar pura a raça.

Por fim, a autora traz a importância de se considerar o tema para os estudos sociais, ainda que seja um termo biológico, carrega consigo ideologias que ajudam a compreensão de ações e relação discriminatórias e preconceituosas.

O conceito “racismo” está atrelado a cor e a relação de poder. Racismo como forma de superioridade de uma raça sobre a outra, ao relacionar-se com a cor, supõe que a raça branca é superior a raça negra ou menos branca (Silva, 1994). Contudo, para que os professores possam desconstruir tais conceitos e propor reflexões e experiências em suas práticas, requer que este conceito seja discutido, compreendendo sua ambiguidade e quais os reflexos de sua disseminação nas relações sócio-culturais.

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir da análise das ementas das disciplinas que compõe o currículo do curso de Pedagogia da FEBF, é possível destacar que há inexistência da temática sobre relações étnico-raciais, o que legitima práticas que estão no imaginário social, bem como estereótipos, preconceito racial e racismo¹.

Por isso, defende-se a introdução de disciplinas nos currículos que formam Pedagogos e outros licenciados, como forma garantir que se discutam sobre as relações étnico-raciais, que se distanciem de um discurso racista e possibilite reflexões sobre falas que circulam no meio social.

O papel das instituições formadoras não se resume em breves leituras ou rápidas passagens por temas que exigem tal complexidade de reflexão. A importância da formação inicial e continuada implica em oferecer subsídios que auxiliem o professor a realizar reflexões sobre sua prática pedagógica.

¹ Hélio (2008) difere preconceito racial de racismo. Este refere-se a atribuição de aspectos negativos a um grupo dada suas características físicas ou culturais. Aquele é apenas uma atribuição negativa tendo como comparação com seu próprio grupo racial/cultural.



4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP 1/2006. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Diário Oficial da União, Brasília, 16/05/2006, Seção 1, p.11. Disponível em: www.mec.org.br. Acesso: 25/6/2017.

GOMES, Nilma L. **Educação, raça e gênero: Relações imersas na alteridade**. Cadernos Pag (6-7) 1996; pp.67-82. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=51071>. Acesso em: 29/06/2017.

HELIO, Santos. **Discriminação racial no Brasil**, s/d (p. 1-23). Disponível em: http://www2.tjce.jus.br:8080/esmec/wp-content/uploads/2008/10/discriminacao_racial_no_brasil.pdf. Acesso em: 24/04/2017.

Hooks, bell. **“Introdução”** (p.9-24); **“Pedagogia Engajada”** (p.25-36). In: Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão de Cipola. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. *Teorias de Currículo*. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

MARINHO, Nailda. **A trajetória do Instituto de Educação no município de Duque de Caxias - RJ: Polo de resistência na oferta do Curso Normal**. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013, Cuiabá. VII Congresso Brasileiro de História da Educação: circuitos e fronteiras da História da Educação no Brasil. Cuiabá: SBHE, 2013. p. 1-11.

MELO, Icléa Lages e LIMA, Hugo Moreira. **“Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) Uma história. Várias lutas**. Revista Pilares da História / D.Caxias e B.Fluminense. Ano12, nº13–maio de 2013.

SEYFERTH, Giralda. A estratégia do branqueamento. Vol. 5/ No. 25, Julho/Agosto 1986, CIÊNCIA HOJE.

SILVA, Jorge da. **Capítulo I – À Guisa de Introdução** (p. 25-62). In: Direitos civis e relações raciais no Brasil/ Jorge da Silva. – Rio de Janeiro: Luam, 1994.